

UM CRISTIANISMO PARA O POVO?

Quem quer que se disponha a meditar sobre certas tendências recentes do pensamento cristão não poderá deixar de deter-se com inquietação diante de alguns dos traços dessas tendências que incidem profundamente sobre as relações até agora admitidas na civilização ocidental entre Cristianismo e cultura.

O Cristianismo tem sido reconhecido, sem contestação, como um dos mais poderosos agentes civilizadores do Ocidente. Já nos primeiros séculos manifestou-se com peculiaridades civilizatórias tão nítidas que um historiador como Marcel Simon não hesitou em estudar, nascendo e formando-se no próprio seio da civilização greco-romana, a "civilização do Cristianismo antigo" (col. "Les grandes Civilisations", Paris, Arthaud, 1971; ver "Síntese", n.1, 1974: 97-99). É impossível distinguir, aqui, entre o conteúdo da mensagem religiosa e as obras de civilização que configuram o corpo histórico da fé vivida. Separar, nesse caso, uma pretendida "essência" do Cristianismo da existência histórica do Ocidente cristão seria ceder a uma forma ingênua de idealismo e convém, talvez, perguntar-se se algumas das teorias recentes

da "inculturação" do Cristianismo não partem das premissas de um tal idealismo. Como quer que seja, religião e cultura formam uma indissolúvel unidade (a religião é uma dimensão da cultura) e, se entendermos o Ocidente como o mundo cultural que cresceu a partir dessa rica e complexa matriz mediterrânea dos tempos helenísticos que Eric Voegelin denominou a "idade ecumênica ocidental", é incontestável que o Cristianismo é uma dimensão da cultura ocidental. O problema de saber-se se, e como, ele transcende as fronteiras culturais do seu mundo de origem, é um problema que somente adquire sentido a partir da identidade reconhecida do seu lugar de nascerça.

Uma crítica radical do processo civilizatório que denominamos Ocidente implicará necessariamente, pois, uma crítica radical do Cristianismo. Nietzsche o viu com genial acuidade. Quando definiu o Cristianismo como "um platonismo para o povo" ele tinha em vista a transcrição e a difusão, nas categorias da sensibilidade e do entendimento populares, da estrutura fundamental que sustenta, a seus olhos, a cultura do Ocidente: a afirmação de um mundo suprasensível de idéias e valores. Pode-se discutir a leitura nietzscheana da cultura ocidental e da sua vertente cristã. Mas é indiscutível a justeza da intuição que une Ocidente e Cristianismo numa comunidade de destino. Pensar um além e um fora do Ocidente significa pensar um além e um fora do Cristianismo. Essa a demonstração levada a cabo, na linha de Nietzsche, em estilo grandioso e em radical postura crítica com relação ao Cristianismo, por um filósofo italiano dos nossos dias, Emanuele Severino.

É verdade que toda uma ala crescente do pensamento cristão contemporâneo e, com ela, a linha de frente da teologia latinoamericana, se esforça em dissociar, histórica e teoricamente, Cristianismo e Ocidente. A suspeita que nos inquieta é se não se assiste de fato, nesse esforço, à gênese de uma imensa ilusão cujo desfazer-se não será senão o reconhecimento, enfim claramente desvelado, do fim do Cristianismo histórico. Por outro lado, o caminho para esse reconhecimento parece já desenhado na estrutura da argumentação vulgarizada no mundo teológico, com a qual se pretende justificar uma dissociação histórica possível e, mesmo, imperativa, entre Cristianismo e Ocidente. Trata-se de um tipo de argumentação essencialmente ideológico e apenas incidentalmente histórico. Ele se inspira nesse sociologismo escatológico que reconhece no marxismo sua forma mais agressiva e que imagina a história como uma "sociomaquia", como uma luta de grupos pela dominação ou, segundo o jargão consagrado, como uma "luta de classes". Nessa perspectiva, o equívoco fatal que vem pesando sobre

o Cristianismo histórico nas vicissitudes da civilização ocidental residiria no seu comprometimento com as "classes dominantes". Libertá-lo desses grilhões seculares seria, ao mesmo tempo, restituí-lo à pureza da sua "essência" e desprendê-lo da cultura ocidental possuída pelo demônio de um projeto de dominação que encontra, no capitalismo avançado dos nossos dias, sua última e mais monstruosa realização.

"Um Cristianismo para o povo" ("povo", esse Proteu semântico, entendido aqui segundo a categoria sócio-ideológica da "classe oprimida"): eis a palavra de ordem que enfeixaria a um tempo um veredito histórico e um programa libertador, vem a ser, o êxodo definitivo para além das fronteiras do mundo da dominação que caracterizaria a cultura ocidental.

Não é preciso desconhecer a dimensão conflitual da história e a pungente realidade da dominação para perceber o enorme simplismo de um tal esquema. Ele pressupõe, notadamente, a possibilidade da autonomia dos sistemas simbólicos que se organizam para constituir um mundo de cultura e tem suas tensões e oposições pensáveis exatamente e unicamente dentro da unidade desse mundo. A leitura marxista da história repousa, como é sabido, sobre o postulado de uma tal autonomia operando-se em termos de constelações ideológicas opostas, que traduzem a luta de classes. Aceitar a premissa de semelhante maniqueísmo histórico-cultural significa, no caso da relação entre Cristianismo e cultura ocidental, um inexorável adeus ao Cristianismo histórico. Se o Cristianismo foi, alguma vez, religião das classes dominantes ele é, por necessidade dialética, religião de classes dominantes. Conclusão inevitável a partir do momento em que o Cristianismo, como fato de cultura urbicado historicamente na cultura ocidental como cultura de dominação, é pensado segundo o maniqueísmo dialético da "luta de classes" como chave primeira da história. Um "Cristianismo para o povo" não poderia ser, nesse caso, senão um avatar a mais desse mito de um "novo Cristianismo" que, de Saint-Simon a Roger Garaudy, habita os sonhos dos socialismos utópicos. Honra seja a Karl Marx que, com exemplar honestidade intelectual, tendo julgado reconhecer a solidariedade histórica entre Cristianismo e dominação de classe, articulou dialeticamente o fim do Cristianismo ao fim da luta de classes!

Inútil, pois, tentar evitar a necessidade da conclusão mantendo intacta a validade e a força das premissas. Se se atribui ao conflito a dignidade ou a altitude axiomática de princípio explicativo da história e da so-

cidade, a inconciliável oposição que divide os contendores dessa "sociomaquia" primordial envolve, na mesma luta de morte, os sistemas simbólicos por eles construídos.

Voltemos a essa evidência imensa e incontestável: o Ocidente é a única grandeza histórica — o único ciclo civilizatório — que se pode chamar geneticamente e estruturalmente cristão. E o Cristianismo deve ser considerado, segundo a justa intuição de Nietzsche, uma das matrizes plasmadoras dos sistemas simbólicos da sociedade ocidental. Através da sua forma institucional, ou seja, da organização eclesial, o Cristianismo levou a cabo um formidável trabalho de educação da humanidade ocidental, disciplinada na escola de uma ascese, de uma moral, de um sistema de crenças e de uma responsabilidade social que constitui fenômeno provavelmente único na história. Historiadores e antropólogos não podem deixar de se debruçar espantados sobre esse imenso dressage religioso-cultural que preparou o homem ocidental para a aventura planetária. Negar ou destruir esse corpo histórico é atingir a própria alma do Cristianismo. Com efeito, é através dessa identidade histórico-cultural aceita e reconhecida que o desafio da universalidade — inclusive o chamado desafio da "inculturação" — pode ser levantado e vencido pelo Cristianismo histórico dos nossos dias. Eis porque, do simples ponto de vista da filosofia da cultura — sem que seja necessário recorrer a considerações de ordem teológica — é com profunda inquietação que assistimos a esses barulhentos programas anti-ocidentais que cruzam as vias e vielas do pensamento teológico contemporâneo, sobretudo latinoamericano.

O Cristianismo não é somente uma religião histórica como qualquer outra mas reivindica a originalidade de uma religião da história, do enraizamento e da implantação do evento teândrico primordial, o fato do Cristo, num solo histórico particular a partir do qual cresce e se espande sua vocação ao universal. Não é uma gnose desencarnada que transmigra de cultura em cultura. É verdade que o campo histórico do mundo cristão, como o campo de toda a história, é um campo onde a cizânia cresceu com o trigo. E esse coração da historicidade do Cristianismo que é, para falar como Hans Urs von Balthasar, o "sacramento do irmão", foi alvo de toda forma de profanação individual e coletiva. Como negá-lo? Um Cristianismo para o povo pode significar então — sem transmigrações ideológicas e sem um impossível arrancar das próprias raízes — o apelo a essa conversão radical ao "próximo" no sentido evangélico que, irradiando do próprio centro do anúncio cristão da Encarnação de Deus, mostrou-se historicamente a mais poderosa força criadora de civilização: essa civilização ocidental que pesa sobre nós como uma herança e como a tarefa maior de fazê-la passar da particularidade da sua origem para a uni-

versalidade efetiva do seu destino.

É na perspectiva desse destino universal do Ocidente, assumido pelo Cristianismo, que convém, talvez, interpretar a linguagem de João Paulo II no seu périplo mundial. Dirigindo-se diretamente ao povo — aos povos — ele fala a linguagem evangélica do “próximo” através do discurso didático de uma simbólica teológica que carrega consigo toda a riqueza da cultura na qual o Cristianismo originariamente tomou corpo. E que outro discurso poderia ele utilizar sem obscurecer a identidade de uma tradição que permite definir os títulos de legitimidade e de continuidade apostólicas da sua peregrinação e do seu anúncio?

É esse o paradoxo do Cristianismo — o paradoxo da Encarnação — que se comunica, de alguma maneira, ao mundo cultural no qual, pela primeira vez, a Palavra foi proclamação e escritura: o paradoxo de um destino de universalidade realizando-se através da plena assunção da particularidade humana de uma tradição, vem a ser, de um espaço simbólico e da sua história.